

EDUCAÇÃO SOCIAL: A LEGITIMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO COM AUTORIDADE INTERVENTIVA

Social education: the legitimation of a profession with interventive authority

Educación social: la legitimación de una profesión con autoridad

interventora

Silvia Azevedo*

Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social [APTSES] – Pt.

RESUMO

O presente artigo pretende tributar-se na legitimação dos itinerários explorados na contemporaneidade que apropinqua a Educação Social enquanto autoridade interventiva e que desafia processos de transformação social e de identidade profissional. Apresentam-se algumas provocações e postulações ligadas à práxis da Educação Social e à scientia da Pedagogia Social, através das quais se capacita e se propalam vozes de emancipação.

Palavras-chave: Pedagogia social. Educação social. Identidade. Percursos. Emancipação.

ABSTRACT

The present article intends to contribute in the legitimization of the routes explored in contemporaneity that appropriates the Social Education as an interventive authority and that challenges social transformation and professional identity processes. There are some provocations and postulations related to the Social Education's praxis and to the scientia of Social Pedagogy, through which emancipation voices are trained and promoted.

Keywords: Social pedagogy. Social education. Identity. Routes. Emancipation.

RESUMEN

El presente artículo pretende tributar en la legitimación de los itinerarios explotados en la contemporaneidad que aprende la Educación Social como autoridad intervencionista y que desafia procesos de transformación social y la identidad profesional. Se presentan algunas provocaciones y postulaciones ligadas a la praxis de la Educación Social, ya la scientia de la Pedagogía Social, donde a través de ambas se capacita y se propalan voces de emancipación.

Palabras-clave: Pedagogía social. Educación social. Identidad. Rutas. Emancipación.

Introdução

No séc. XVIII, a nível mundial com a industrialização surgiu um novo sistema social, vulgarmente conhecido como a sociedade de classes: capitalista. Por essa razão, no final do séc. XIX, começaram a surgir, de modo global, os primeiros movimentos políticos, sindicais e partidários e foi neste sistema social que se foram fortalecendo as desigualdades sociais. Em qualquer sistema social acabamos por ficar cativos de interesses socioeconómicos e políticos, principalmente os grupos sociais mais desprovidos que vivem em contextos comunitários menos geradores de oportunidades.

Desde o século XIX ao XX que as sociedades ocidentais têm sido subjugadas pelas densas transformações, político-sociais, económicas e culturais, determinadas pelo crescimento de um capital económico: a GLOBALIZAÇÃO. Estas transformações foram estimulando disparidades sociais em diferentes sectores e, atualmente, a globalização provoca nas comunidades a competitividade e a modernização, mas também a instabilidade civil, a desvalorização das pessoas,

dos seus papéis sociais e ainda a intimação dos Direitos Humanos e a sua capacidade de autonomia e decisão sobre si e sobre sua vida.

A complexidade do mundo atual, marcada pelas mudanças constantes consequentes de um rápido desenvolvimento científico e tecnológico, tem levado as sociedades humanas a enfrentarem novas realidades socioeconómicas, caracterizadas por alterações profundas no modo como vivemos, no mercado de trabalho, no acesso ao mesmo e também nas formas como as pessoas se relacionam entre si. Por outro lado, os avanços científicos têm permitido desenvolver diferentes meios de intervenção social e pedagógica, que aliados a condicionalismos políticos e económicos fomentadores de desigualdades sociais, culturais e financeiras, despoletam novas formas de ação social, direcionadas cada vez mais para uma vertente pedagógico - social. Este novo quadro tem influenciado a evolução das conceções teóricas e práticas e conduzido o Homem a discutir o seu papel na Humanidade, a sua identidade, contexto, princípios e relações humanas.

Políticas sociais e a possibilidade da mediação da educação social

As sociedades modernas trazem uma nova forma de organização social e um novo estatuto para a pessoa, assumindo uma perspetiva de maior emancipação da ação própria, na qual a união social não se faz anulando as pessoas, mas, pelo inverso, integrando as especificidades e as liberdades individuais (ELIAS, 1999).

Os contextos socialmente deficitários são discriminados por um sistema que lhes nega o acesso à educação, o que resulta em menos escolaridade, menos capacitação social, pessoal e profissional e a incapacidade de poder decisão que originam processos de vida incitados pela insipiência, desinteresse, desmotivação e analfabetismo. Podemos dizer que a capacidade de decisão sobre o nosso destino e de que modo podemos transformar o futuro estará sempre dependente do acesso igualitário à Educação. Através dela estaremos aptos para saber escolher, ser, fazer, estar, participar e sermos agentes multiplicadores de aculturações e experiências positivas de desenvolvimento humano.

O poder de saber decidir e como decidir deve emergir da matriz do crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento da pessoa no mundo que o envolve. Deve estar implícito o enriquecimento e a aquisição de novos conhecimentos que suavizem défices físicos, psíquicos, culturais, pedagógicos e socioeducativos.

No relatório para a UNESCO, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI fala-nos da Educação ao Longo de toda a Vida como a chave que abre as portas do século XXI (DELORS, 2003) e que permite a cada um ser empreendedor do Homem, dos outros e de si próprio (CARNEIRO, 2001). Entendemos que a educação é um direito, revelado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e visa todo um conjunto de atividades, provindas de diferentes estruturas sociais, de forma a desenvolver o capital social, humano, cultural e financeiro.

A multiplicação dos riscos sociais tem intensificado com o progresso da própria modernidade e da globalização, sendo um efeito particular do processo de globalização a emergência e agravamento de situações de risco social e desequilíbrios sociais, nomeadamente pobreza, desigualdades sociais, segregação, violência coletiva, repressão dos direitos democráticos, acidentes nucleares, biotecnológicos e a desertificação (CASTEL, 2005).

Em Portugal, as políticas sociais têm vindo a ser analisadas desde 1980, desde a “[...] sua conceptualização e particularidades, quer ainda exploratórias de diversas áreas e sectores específicos da sua materialização (saúde, educação, habitação, segurança social, etc” (RODRIGUES, 1999, p. 18). O principal objetivo do modelo de intervenção assistencialista instituído no nosso país era de controlar os grupos sociais em risco, reagrupando-os em categorias sociais e colocando-os em espaços fechados, vigiados, nomeadamente em instituições sociais, bairros, abrigos, hospitais, entre outros (RODRIGUES, 1999). Este modelo de intervenção assistencialista ou de institucionalização intercedia numa lógica de apoio, ajuda e assistência socioeconómica,

fomentando contextos de “[...] dependência crescente do assistido para, a termo, lhe possibilitar a sua independência” (FRÉTIGNÉ, 1999, p. 118).

Para Beck (1998), os riscos sociais, políticos, económicos e próprios sobrevivem à hegemonia dos meios concebidos pelas organizações para conservar as situações de acompanhamento social. Não é suficiente orientar, encaminhar ou disponibilizar respostas sociais de emergência, suportadas em padrões atenuantes e tão-somente de auxílio. É em todo este percurso que a Educação Social ganha especial evidência no campo da Educabilidade, onde a pessoa é responsabilizada automaticamente pelo seu percurso, pela sua autonomia, pelo caminho que escolhe percorrer e pelas suas decisões, através do desenvolvimento de pluricompetências. No antagonismo social da Globalização, a Educação Social como prática pedagógica e socioeducativa intercede através do saber matricial da Pedagogia Social para a valorização do desenvolvimento das pessoas. Os percursos pessoais, sociais, escolares e profissionais são muito importantes para a qualificação, identificação, legitimação e autenticação das competências de cada um ao longo da vida.

Educação social como prática interventiva

A Educação Social como profissão e/ou instrumento de ação está implementada pelo mundo, e Portugal não é exceção¹. Como profissão, a Educação Social foi assumindo diferentes formatos, áreas e destinatários em cada um dos países, o que na própria história da Educação Social em cada um desses países ajuda a entender (PÉREZ SERRANO, 2003). Em muitos países Europeus, a Educação Social apareceu após a Segunda Guerra Mundial para socorrer situações de urgência social. É também na Europa que o desabrochamento da Educação Social explica-se pela conscientização e defesa dos Direitos Humanos e pela necessidade de reinventar a intervenção social, fomentando novas políticas de trabalho socioeducativo, onde há uma valorização da pedagogia do tempo livre, da educação não formal e um novo conceito de cidadania (AZEVEDO, 2011). Em Portugal, de acordo com a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social², a Educação e a Pedagogia Social têm vindo a permitir a muitas pessoas dar os primeiros passos para uma emancipação holística³ (pessoal, social e profissional).

Sinteticamente, arriscaremos a afirmar que a Educação Social surgiu em Portugal pela consciência de que o trabalho social carecia de políticas educativas e não apenas assistencialistas, uma vez que as configurações da intervenção convencional (assistência ao próximo) se tornaram deficitárias para as necessidades do mundo atual e das pessoas que o constituem. Influenciado por ideologias do modelo Espanhol e Francês (existência de um educador especializado que executa trabalho social no campo do serviço social), o novo paradigma requereu e legitimou políticas educativas na ação social, dando força à Educação Social em Portugal e considerando a Pedagogia Social como a sua matriz disciplinar, conferindo-lhe um enquadramento epistemológico e metodológico das práticas socioeducativas (PÉREZ-SERRANO, 2003).

Numa primeira fase da sua implementação, a Educação Social progrediu com um sentido normativo e adaptativo, como uma atuação sobre o desajustamento social ou uma didática do social que visava conseguir a “*perfeita integração social*” (BAENA, SAÉNZ E CABANAS *apud* TIMÓTEO, 2015). Como esta ótica limitava a intervenção socioeducativa unicamente a um método de intervenção técnica, de reintegração e reeducação, concentrada na resolução das contrariedades sociais e não nos processos educativos (cf. DÍAZ, 2006; TIMÓTEO, 2015), emergiu a necessidade de lhe dar um sentido mais lato, de desenvolvimento humano, compreendido como ação social e educativa e não meramente minimizadora de riscos. A Educação Social tem um saber pedagógico que proporciona

¹ <http://aieji.net/> Consultado em 29 de abril de 2019.

² <http://www.aptses.pt/> Consultado em 29 de abril de 2019.

o desenvolvimento de aptidões e uma intervenção holística e polivalente em diferentes contextos de intercessão. A legitimação interventiva da Educação Social tem vindo a sofrer transfigurações, quer pela aproximação ao trabalho social e às Ciências Sociais, mas também por referência a um saber epistemologicamente indexado às Ciências da Educação: a Pedagogia Social.

O propósito protocolar da pedagogia social, através das Ciências da Educação, é a intervenção da praxis Socioeducativa⁴ responsabilizada com a realização da ação. A pedagogia social age como ciência, traz implícitos critérios e paradigmas próprios das teorias e da metodologia das ciências da educação, que se identifica com o saber que se constrói na pedagogia, dividindo espaço e diferenciando-se da sociologia, da antropologia e da história da educação, associada à sociologia da educação na metade do século XX.

A ação social e o trabalho social precisam da pedagogia social e da educação social, onde o assistencialismo se tornou redutor. Ao contrário do serviço social, a diferenciação do trabalho dos educadores sociais fundamenta-se numa ótica educativa, transformadora e emancipatória, que solicita ultrapassar acordos assistencialistas e apoia-se na centralidade das pessoas. Exige-se que as pessoas consigam ser protagonistas da sua vida, a partir dos seus saberes, do seu desenvolvimento e da sua participação consciencializadora. Em Portugal, o modelo de educação social destaca a participação como ponto central do trabalho socioeducativo com as pessoas. Caride (2015) atribuiu à Pedagogia Social e à Educação Social três dimensões - a científica, a académica e a profissional:

1. os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos, articulando o seu "status" do cientificismo na pedagogia, ciências da educação e ciências sociais."

2. a pedagogia social como disciplina académica, curricular integrada no currículo, com uma trajetória intelectual, institucional e social" consolidada através de processos formativos e educacionais (graus académicos, pós-graduação e doutoramento), com conteúdos teóricos e práticos dos percursos académicos realizados.

3. os perfis de pedagogia-educação social, transferindo seu "saber-fazer" changing - para diferentes áreas ou áreas de ação e intervenção social. A prática profissional para o qual se é preparado e a obtenção da certificação da formação, de acordo com os princípios e códigos de ética de conduta que definem o perfil profissional, dando-lhes uma visão complexa e holística do social e dos problemas educacionais e das soluções para que está habilitado (CARIDE, 2015, cit. ORTEGA et al., 2013).

Assim, a pedagogia social apresenta-se como uma ciência que proporciona a criação de conhecimentos, como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática (educação social), com ações orientadas e intencionais (AZEVEDO, 2011). Ela encontra-se virada para uma mudança positiva do saber humano, através de uma intervenção socioeducativa. Segundo Isabel Baptista (2001), a educação social (intervenção socioeducativa) é uma ação direta com as pessoas, pautada pelo princípio da educabilidade e que tem permitido gerar um espaço profissional com sentido, portanto, com futuro.

Considerações finais

Conclui-se que a nossa mais sublime tarefa, enquanto Educadores Sociais, deve ser a de educar seres humanos autónomos, que sejam capazes de sozinhos encontrar o propósito e a direção das suas vidas, sobre a diretriz da Educação Social. Podemos usar a palavra "pedagogia" quando

⁴ Praxis da Educação Social

aspiramos agir sobre nós mesmos, e sobre o “outro”, com os outros e com as questões da sociedade, onde a nossa ação torna possível o desenvolvimento saudável das pessoas e das suas condições sociais. Não podemos desconsiderar que a distinta configuração da Educação Social atualmente não pode estar separada das características da sociedade (CORREIA, MARTINS, AZEVEDO e DELGADO, 2014).

Este paradigma, introduzido por Rudolf Steiner, em 1919⁵, mostra-nos que o campo teórico, metodológico e as práticas da pedagogia social e da educação social, dificilmente podem ser compreendidos sem que capitalizemos sobre eles a cooperação gerada na interlocução entre a educação e a sociedade, fortificando a dimensão social da educação e a função educativa da sociedade.

O reconhecimento e a validação da profissão inscrevem-se num modelo de aprendizagem social que é conduzida ao longo da vida, num quadro de pensamento que valoriza as aprendizagens sociais das pessoas, as suas trajetórias pessoais, sociais e profissionais (AZEVEDO, 2011). A intervenção socioeducativa do educador social tem levado à legitimação da emancipação da pessoa dando-lhe poder de decisão e capacidade de transformação, (re)construindo progressivamente a sua relação com o seu meio.

Referências

AIEJI – International Association of Social Educators (s/data). *The Barcelona Declaration, 2003*. Disponível em: <http://aieji.net/wp-content/uploads/2010/12/Barcelona-declaration.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL (APTSSES) (s/data). *Estatutos da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social*. Disponível em: <http://aptses.pt/sites/default/files//pe/ESTATUTOSAPTSSES.pdf>. Acesso em: 16/04/2019

AZEVEDO, S. *Técnicos superiores de educação social. necessidade e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira do Caos. 2011

BAPTISTA, I. *Educação social: um espaço profissional com valor e com sentido. Espaços de Construção de Identidade Profissional*. Porto: Universidade Portucalense. 2001.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós Ibérica. 1998

CARIDE, J.A. ; GRADAILLE, R.; CABALLO, M.B. De la pedagogía social como educación, a la educación social como Pedagogía. *Perfiles educativos, México*, v. 37, n. 148, p. 04-11, jun. 2015. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018526982015000200016&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 28 abr.2019.

CARNEIRO, Roberto. *Fundamentos da educação e da aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão. 2001

CASTEL, R. *A insegurança social – o que é ser protegido?* Petrópolis, Editora vozes. 2005

CORREIA, F., MARTINS, T., AZEVEDO, S. & DELGADO, P. A educação social em Portugal. novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas – Educação*, 3 (1), 113-124. 2014

⁵ <http://www.sab.org.br/steiner/biogr.htm> Consultado a 28 de abril de 2019.

DÍAZ, A.S. Uma aproximação à pedagogia-educação social. *Revista Lusófona de Educação*. 7, p.91-104. 2006

DELORS, J. Educação um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Lisboa: Edições ASA. 1998

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote. 1993

FRÉTIGNÉ, C. *Sociologie de l'exclusion*. Paris: L'Harmattan. 1999

PÉREZ-SERRANO, G. *Pedagogía social – educación social. construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea. 2003

RODRIGUES, F. *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa. ISSScoop. Departamento Editorial. 1999

SAÉZ, C.; MOLINA, A. *Pedagogía social: la educación social como profesión*. Madrid: Alianza Editorial.

TIMÓTEO, I. A evolução da Educação Social. Perspetivas e desafios contemporâneos. *Revista Praxis Educare, VOL. 1*, p.12-18. 2013.

*Phd in Education, Presidente da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (APTSES). Atualmente é Investigadora do INED da ESE_IPP e do CEPESE – Portugal. E-mail: silviazevedo79@hotmail.com.

Recebido em 10/05/2019

Aprovado em 25/05/2019